

O Coordenador pedagógico no processo de acompanhar, aprender e se (trans)formar junto ao aluno com deficiência¹

The Pedagogical Coordinator in the process of monitoring, learning and (trans)forming with the student with a disability

La Coordinadora Pedagógica en el proceso de seguimiento, aprendizaje y (trans)formación con el estudiante con discapacidad

Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento - Universidade Estadual do Maranhão | Centro de Estudos Superiores de Caxias - Departamento de Educação | Caxias | MA | Brasil. E-mail: francanecarvalhon@gmail.com | 

Joelson de Sousa Morais - Universidade Federal do Maranhão (UFMA) - Campus Codó | Curso de Pedagogia | São Luís | MA | Brasil. E-mail: joelsonmorais@hotmail.com | 

Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha - Universidade Estadual do Maranhão | Centro de Estudos Superiores de Balsas | Balsas | MA | Brasil. E-mail: francidalmafilha@gmail.com | 

Resumo: No presente artigo pretendemos como objetivo: compreender os processos de (trans)formação do coordenador pedagógico no acompanhamento do aluno com deficiência no contexto da educação especial e inclusiva. Trata-se de um estudo com abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando-se os métodos dedutivo-indutivo, e como instrumentos de investigação: a observação participante e o questionário semiestruturado. De acordo com os resultados, as reflexões evidenciam que os Coordenadores Pedagógicos sentem dificuldades por falta de formação continuada para eles e os professores; não sabem como desenvolver estratégias metodológicas e didáticas que ajudem na aprendizagem dos alunos; falta apoio por parte da Secretaria Municipal de Educação, família e da escola para o acompanhamento dos alunos deficientes que possa favorecer no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Além disso, as reflexões do estudo demonstram que para essas profissionais, a inclusão nos contextos educacionais e formativos contribui com a inserção, permanência e desenvolvimento social e educacional das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: coordenador pedagógico; educação especial; inclusão.

¹ Este artigo é parte do Projeto de Pesquisa intitulado “Formação do coordenador pedagógico: desenvolvimento profissional, organização e gestão escolar das políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência”, aprovado pela Plataforma Brasil – Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Parecer Consubstanciado do CEP – CAAE: 90828218.3.0000.5554. Parecer número. 2.731.902.

Abstract: In this article, we intend to: understand the processes of (trans)formation of the pedagogical coordinator in monitoring students with disabilities in the context of special and inclusive education. This is a study with a qualitative research approach, using deductive-inductive methods, and as research instruments: participant observation and a semi-structured questionnaire. According to the results, the reflections show that the Pedagogical Coordinators experience difficulties due to the lack of continuing education for themselves and the teachers; they do not know how to develop methodological and didactic strategies that help students learn; there is a lack of support on the part of the Municipal Department of Education, the family and the school for the monitoring of disabled students that can favor their social, affective and cognitive development. In addition, the study's reflections show that for these professionals, inclusion in educational and training contexts contributes to the insertion, permanence and social and educational development of people with disabilities.

Keywords: pedagogical coordinator; special education; inclusion.

Resumen: En este artículo pretendemos: comprender los procesos de (trans)formación del coordinador pedagógico en el seguimiento de estudiantes con discapacidad en el contexto de la educación especial e inclusiva. Se trata de un estudio con enfoque de investigación cualitativa, utilizando métodos deductivos-inductivos, y como instrumentos de investigación: la observación participante y un cuestionario semiestructurado. De acuerdo con los resultados, las reflexiones muestran que los Coordinadores Pedagógicos experimentan dificultades por la falta de formación continua para ellos y los docentes; no saben desarrollar estrategias metodológicas y didácticas que ayuden a los estudiantes a aprender; falta apoyo por parte de la Secretaría Municipal de Educación, la familia y la escuela para el seguimiento de los estudiantes con discapacidad que pueda favorecer su desarrollo social, afectivo y cognitivo. Además, las reflexiones del estudio muestran que para estos profesionales, la inclusión en contextos educativos y formativos contribuye para la inserción, permanencia y desarrollo socioeducativo de las personas con discapacidad.

Palabras clave: coordinadora pedagógica; educación especial; inclusión.

- Recebido em: 29 de dezembro de 2020
- Aprovado em: 05 de setembro de 2022
- Revisado em: 02 de dezembro de 2022

1 Introdução

A sociedade vem se transformando ao longo do tempo de forma muito acelerada, trazendo impactos e modificações no campo da educação, da formação humana e das práticas educativas, pedagógicas, culturais, sociais e de outras dimensões.

Posto isso, buscamos uma reflexão neste trabalho, no sentido de analisarmos a importância da formação continuada do Coordenador Pedagógico, em vista do desenvolvimento profissional para uma melhor gestão das políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência no que diz respeito a intencionalidade do acompanhamento pedagógico.

Nesse sentido, trazemos uma provocação reflexiva como questão norteadora, qual seja, a de buscar saber: que reflexões e percepções elucidam os Coordenadores Pedagógicos na perspectiva dos processos de (trans)formação, aprendizagem e construção de conhecimentos junto ao aluno com deficiência no contexto da educação especial e inclusiva?

A educação inclusiva é uma necessidade contemporânea, e no Brasil optou-se por este paradigma após algumas conquistas advindas da base legal, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão Lei n. 13.146 (BRASIL, 2015), que promoveu mudanças nas instituições de ensino e na educação quanto a inserção de alunos com deficiência no ensino regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394 (BRASIL, 1996) mudou a percepção acerca das políticas educacionais, por levar em conta as diferenças individuais das pessoas acolhidas nas escolas/instituições comuns, independente das condições físicas, intelectuais ou outras necessidades educativas especiais.

Mediante o exposto, pensamos o seguinte objetivo deste estudo: compreender os processos de (trans)formação do coordenador pedagógico no acompanhamento do aluno com deficiência no contexto da educação especial e inclusiva.

Esta pesquisa foi fruto das inquietações como professores formadores nos cursos de licenciaturas de duas universidades públicas², e, sobretudo, como professores pesquisadores do curso de Pedagogia, e da experiência como Coordenadores Pedagógicos de uma Secretaria Municipal de Educação³, bem como da curiosidade de entender o Coordenador Pedagógico sua

² Na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), das quais duas das autoras desse texto atuam como docentes, a primeira e terceira autora, e na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no qual o segundo autor faz parte como professor.

³ Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Caxias-MA (SEMECTI).

formação, desenvolvimento profissional e os reflexos das políticas educacionais direcionadas à educação inclusiva de pessoas com deficiência.

Assim, percebemos que a formação continuada e o desenvolvimento profissional do Coordenador Pedagógico pode ser fundamental na articulação dos processos educativos e pedagógicos no intuito de planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar atividades próprias da educação inclusiva. Neste estudo, os Coordenadores Pedagógicos das escolas públicas municipais de Caxias (MA) participaram para melhor analisarmos suas percepções sobre Educação Inclusiva para que os mesmos possam melhor refletir e acompanhar os professores e os mediadores escolares (cuidadores) nos processos educativos de pessoas com deficiência. Desta forma, a Lei n. ° 8.014-C (BRASIL, 2010) assegura a presença do cuidador na escola e sala de aula para ajudar o professor no acompanhamento pedagógico do aluno com deficiência.

Deste modo, o Coordenador Pedagógico está envolvido no contexto dessas exigências, de um modelo de educação inclusivo, como agente de transformação do desenvolvimento escolar, pois a investigação e a ação didática fazem parte de sua atuação profissional, proporcionando o processo de desenvolvimento do estudante. O coordenador pedagógico escolar não pode supor que as transformações da prática possam ocorrer de maneira contínua e regular e na direção estabelecida, mas haverá sempre, no cotidiano, um movimento que envolve idas, vindas e circularidades (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012).

O Coordenador Pedagógico é o profissional que organiza, orienta e ajuda na consolidação do trabalho pedagógico de modo individual e coletivo na escola. Para tanto, sua formação continuada favorecerá no processo de desenvolvimento profissional junto a educação inclusiva, pois, as escolas e secretarias de educação devem promover grupos de estudo, trabalho e formação para seus profissionais, em especial os professores e cuidadores.

2 A formação e o desenvolvimento profissional do coordenador pedagógico no acompanhamento do professor e do aluno com deficiência

A inclusão escolar de alunos com deficiência teve início no Brasil na década de 1990, ao longo dos anos avançamos na legislação, discussões e pesquisas nesta área. Assim destacamos a: Constituição Federal no Art. 206, inciso I e Artigo 208 (BRASIL, 1988); LDBEN, Lei n. 9.394/96, Artigo 59, incisos I e III (BRASIL, 1996); Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n. 8.069, Art. 53, inciso I; Artigo 54, Inciso III (BRASIL, 1990). As Leis mundiais: Declaração de Salamanca, adotada pela Organização das Nações Unidas, pela equidade de

oportunidades para pessoas com deficiência (BRASIL, 1997) e; a Conferência Mundial de Educação para Todos, discutiu as políticas educacionais de qualidade, ampliação do acesso, permanência na escola e a implementação de serviços educacionais para todos os alunos, com deficiência ou não (UNESCO, 1990; MACHADO, 2000).

Mesmo com o acesso aos documentos oficiais, ainda existem falta de informações, desconhecimento de direitos, preconceitos, rejeição e dificuldades pertinentes à inclusão escolar de alunos que fogem aos padrões da “normalidade” nas escolas.

As dificuldades relacionadas à pessoa com deficiência são sobrepostas, inclusive, nas atividades escolares que exigem, de fato, a coordenação e a integração coerente das múltiplas funções executivas. Não é de estranhar, portanto, que muitas crianças e jovens com disfunções ou dificuldades executivas ou com funções executivas vulneráveis e afuniladas, apresentem problemas de sobrecarga de informação (onde o input excede o output), de produtividade, de eficácia e de precisão nos seus desempenhos escolares (MAZEAU; POUHET, 2005; MELTZER, 2010).

Percebemos que mesmo sendo garantida a inserção da pessoa com deficiência no ensino regular, ainda há dificuldades para que este processo aconteça em sua totalidade. Para compreender como a inclusão acontece no contexto escolar é preciso, antes, entender a percepção que os profissionais que estão envolvidos têm sobre a educação escolar e inclusão.

Um dos profissionais que tem grande importância na escola é o Coordenador Pedagógico, que deve ser o articulador do planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas inclusivas, como intermediador entre gestor, professor, mediador escolar e estudantes. Além, é claro, de desenvolver processos formativos que levem em consideração o aprender e o ensinar, mediatizados pelo pedagógico, político, relacional e outras tantas dimensões que envolvem os agentes escolares, podendo ser o articulador nas atuações educacionais, sociais, comunicações, linguagem e nas atividades e brincadeiras dirigidas na escola. Este profissional atua nos diferentes ambientes escolares, tais como: sala de aula, biblioteca, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico.

Em se tratando da formação profissional em que se insere o Coordenador Pedagógico, no contexto do Ensino Superior, ressaltamos que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Resolução do Conselho Nacional da Educação – CNE n. 01 (BRASIL, 2006), especifica no Art. 4º que,

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; [...]. (p. 2).

Para que o Coordenador Pedagógico possa desenvolver um bom trabalho educativo é fundamental formação continuada sobre educação inclusiva de pessoas com deficiência. Para Garrido (2008), é preciso investir na formação do Coordenador, pois é o agente articulador do processo pedagógico, sendo necessário um espaço coletivo e formador, no qual possa apresentar as dificuldades da sua função, partilhar angústias, refletir a prática de coordenação, trocar experiências e crescer profissionalmente, para poder exercer de modo pleno sua função formadora e articuladora do projeto pedagógico. A formação continuada e o desenvolvimento profissional constituem-se modos e contextos de crescimento pessoal e profissional.

O Coordenador Pedagógico deve possuir uma formação consolidada na teoria e na prática do trabalho com educação inclusiva. Segundo Briant e Oliver (2012), na perspectiva da educação inclusiva, uma classe heterogênea com crianças neurotípicas e atípicas pode ser vista como um estímulo, que provoca a adoção de estratégias para criar ambientes educativos sólidos, ou seja, as mudanças metodológicas e organizativas passam a responder aos alunos que apresentam dificuldades, beneficiando todos os alunos da sala de aula.

Pretendemos produzir uma conjectura que possa aliar a sensibilidade do Coordenador Pedagógico com o cuidar do outro, à necessidade de uma incorporação escolar de pessoas com atípicas. Araújo e Lima (2011) evidenciam que o processo da inclusão escolar de pessoas com deficiência ainda se encontra marcado por indefinições sobre a forma como deve acontecer e, apesar das escolas se mostrarem receptivas à chegada dessas pessoas, os pais e os educadores ainda constatarem que há o despreparo ou a falta de formação para recebê-la, gerando inseguranças nos profissionais e Coordenador Pedagógico que os acompanham.

Nesta perspectiva, Silva (2011) apontou os tipos de deficiências mais recorrentes em alunos matriculados nas escolas regulares, dentre os quais predominaram as deficiências: visual, física, auditiva, altas habilidades ou superdotação, surdo-cegueira e intelectual. Esses achados indicaram que a deficiência intelectual acomete o maior número de discentes atípicos. Esses

dados são corroborados pelas informações obtidas através da investigação implementada por Bueno e Meletti (2011), os quais concluíram que as matrículas de alunos com deficiência intelectual de fato compõem a imensa maioria.

Na perspectiva da educação inclusiva, Mantoan e Santos (2010) concebem uma escola em que todos os indivíduos estão envolvidos, neste contexto das diferenças, ou seja, a escola comum se torna inclusiva quando acolhe as diferenças dos alunos durante o processo educativo entendendo que é necessária a participação de todos. E acrescenta Ropoli *et al.* (2010, p. 9) ainda que “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da sala de aula”.

Uma perspectiva que pode ajudar o Coordenador Pedagógico na escola junto aos professores e alunos é o aprofundamento epistemológico na área da neuropsicologia, pois utiliza conhecimentos de disciplinas acadêmicas que configuram as áreas das neurociências, como a neurofisiologia, neuroanatomia, neurofarmacologia e neuroquímica, e de atuação profissional do psicólogo, como psicologia clínica, psicopatologia, psicologia experimental, psicométrica e psicologia cognitiva. A neuropsicologia é o estudo das relações entre o cérebro e o comportamento, que investiga as alterações cognitivas e comportamentais que se associam às lesões cerebrais (HAMDAN; PEREIRA; RIECHI, 2011).

Nesta perspectiva, a Avaliação Neuropsicológica - AN é uma avaliação sistemática das relações entre cérebro e comportamento. Para Zillmer, Spiers e Culbertson (2008), a avaliação neuropsicológica é um método empírico de exame que se aplica a vários contextos, consiste então, em um exame sensível para avaliar a integridade do funcionamento cerebral, explicita dificuldades psicológicas ou neurológicas. Do mesmo modo é considerado um exame útil nos serviços de diagnóstico e em ambientes de pesquisa clínica quando estão envolvidos aspectos cognitivos e comportamentais.

O Coordenador Pedagógico poderá utilizar a favor do acompanhamento educativo às Tecnologias Assistivas – TA como estratégias metodológicas importantes na atualidade, são vistas como uma área de conhecimento que engloba recursos e serviços com o objetivo de proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de uma pessoa com deficiência ou com incapacidades advindas do envelhecimento. O objetivo da TA é o de promover qualidade de vida e inclusão social de seus usuários. Possibilita a utilização de uma ampla gama de equipamentos,

serviços, estratégias e práticas aplicadas para ajudar na a resolver problemas funcionais vividos por pessoas com deficiências (COOK; HUSSEY, 1995).

Percebemos que a educação inclusiva muda a percepção que se tem da escola quando passa a ser concebida como um espaço para todos, no qual os alunos aprendem segundo as suas capacidades, sendo assim não há uma subdivisão de ensino especial separado do ensino regular, mas a educação especial que vai atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, funcionando nas escolas regulares, onde todos estarão juntos desenvolvendo-se como cidadãos de direito.

Nesta dimensão, o ato educativo engloba todas as ações que permeiam o ambiente escolar, o estudante com alguma deficiência deve estar inserido no ensino regular, portanto, é parte integrante do ato educativo, devendo participar de todo o processo de construção de seus saberes, enquanto perspectiva fundamental para a sua humanização. Outro aspecto importante quanto ao ato educativo se trata de seu papel mediador, função essa exercido principalmente pelo Coordenador Pedagógico enquanto o articulador das ações que acontecem no contexto escolar sendo um grande responsável pelo sucesso ou fracasso escolar dos educandos numa instituição de ensino.

Um outro campo de conhecimento que poderá ajudar no desenvolvimento profissional do Coordenador na escola é a Bioética que é um ramo da ética voltado para o estudo dos conflitos das interações humanas entre si e com o meio, buscando uma solução para os dilemas éticos das relações. Para Schramm e Braz (2020), tem uma tríplice função: **(1)** Descritiva, descrever e analisar os conflitos em pauta; **(2)** Normativa dos conflitos, no duplo sentido de proscriver os comportamentos que podem ser reprováveis e de prescrever os considerados corretos; **(3)** Protetora, em amparar todos os envolvidos em alguma disputa de interesses e valores, priorizando, quando isso for necessário, os mais “fracos”.

A formação continuada é também fundamental para o exercício pleno da função do Coordenador Pedagógico, pois a fragilidade de sua formação pode ocorrer em perda de identidade, angustia e desvio de função; sendo assim, torna-se essencial a continuidade de sua formação. Na perspectiva inclusiva, esta formação deve visar atender os indivíduos com necessidades educacionais especiais quando amparam o Coordenador de conhecimentos quanto à atuação e atitudes que devem tomar quanto a organização de suas ações para que desenvolvam plenamente o seu trabalho no acompanhamento dos alunos com deficiência.

3 O contexto teórico-metodológico da pesquisa

Esse estudo se efetivou através da pesquisa descritiva, baseado na abordagem qualitativa. Para melhor compreender os dados coletados foi adotada a técnica da Análise de Conteúdo, que busca os núcleos de sentido e importância sobre o objeto a ser estudado. Para tanto, seguimos os princípios dos métodos dedutivo-indutivo.

Segundo Bardin (2016, p. 15), a Análise de Conteúdo consiste em um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

Como instrumentos de pesquisa, realizamos: a observação participante e aplicação de um questionário semiestruturado a Coordenadores Pedagógicos de escolas públicas municipais de Caxias-MA, sobre formação e do desenvolvimento profissional, que envolveu a participação de 07 (sete) Coordenadores Pedagógicos, os quais são representados através da sigla CPE1, CPE2.... e assim, também, nominamos os demais sujeitos pesquisados. Pesquisa essa que foi realizada de agosto a outubro de 2019.

Assim, o nominamos por sigla, na perspectiva de não revelar os nomes dos participantes do estudo, no sentido de preservar as suas identidades, como como respeito aos aspectos éticos e deontológicos da pesquisa científica.

A utilização, portanto, da sigla CPE1, por exemplo, significa Coordenador Pedagógico 1, seguido de sua respectiva numeração, no caso 1, e assim, os demais são utilizados com essa designação, diferenciando-se, assim, pela numeração a qual possui e é atribuído, especificamente.

O questionário foi composto por perguntas fechadas e abertas que trataram da percepção que os Coordenadores Pedagógicos possuem sobre educação inclusiva, a importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular, as funções do Coordenador Pedagógico, a maneira que acompanham os alunos com deficiência, dentre outras.

A pesquisa descritiva analisa uma realidade de acordo com seu objeto de estudo e possui um caráter exploratório. Cabe ao pesquisador **fazer o registro e a análise dos fatos dos contextos sociais/físico sem interferência dele**. Devendo descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre dentro de um sistema, método e ou realidade operacional. Utiliza técnicas de coleta de dados para apresentar proposição de análise, e podem estar ligadas às características de um grupo, como também, podem ser alteradas no processo. Não há a interação pessoal, subjetiva

ou envolvimento do pesquisador no assunto analisado. Para Gil (1999) a pesquisa descritiva fornece para o pesquisador informações sobre o que deseja pesquisar, pois descreve as características de determinada população ou fenômeno, assim como as suas variáveis.

Realizamos neste estudo a observação participante como técnica de pesquisa, em que os sujeitos tiveram certo grau de interação e mantiveram contato por um período com a situação estudada, envolvendo-se e por ela sendo envolvidos. Para André (1995, p. 29), “O período de tempo em que o pesquisador mantém esse contato [...], com a situação estudada pode variar muito, indo desde algumas semanas até vários meses ou anos.” As observações foram realizadas no contexto escolar, durante o acompanhamento das atividades pedagógicas, para ajudar na descrição dos fatos, de modo a revelar os seus múltiplos significados.

Destarte, para melhor compreensão acerca das interlocuções dos participantes, categorizamos as temáticas em cinco categorias, às quais: Concepções das participantes acerca da educação especial e inclusiva; Importância da inclusão de estudantes público alvo da educação inclusiva na rede regular de ensino; Atribuições/Funções do(a) Coordenador(a) Pedagógico; Importância do(a) Coordenador Pedagógico no processo de inclusão escolar; e ainda, Dificuldades no acompanhamento de estudantes público alvo da educação inclusiva.

Os dados coletados foram analisados segundo Análise de Conteúdo, baseados na concepção epistemológica de Bardin (2016), que consistiu na leitura detalhada de todo o material transcrito, na identificação de palavras e conjuntos de palavras que tinham sentidos para a pesquisa, assim como na classificação em categorias ou temas que tinham semelhanças quanto aos critérios sintático ou semântico. Na análise de conteúdo, tivemos o compromisso de estar associando os dados recolhidos nas entrevistas, observação e nos questionários com os documentos oficiais e a leitura de textos e livros especializados da área em estudo.

Portanto, como esforço de interpretação das fontes captadas durante a pesquisa, referente ao que nos disseram os Coordenadores pedagógicos, por meio do questionário respondido, buscamos trazer legitimidade ao conhecimento produzido, através da Análise de Conteúdo, procedemos a uma análise que oscilou entre o rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade, como se propõe ao princípios dessa técnica, já que “é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (BARDIN, 2016, p. 36).

As Coordenadoras Pedagógicas interlocutoras deste estudo, possuem idade entre 38 e 51 anos. Todas são do sexo feminino, o que observamos a representatividade feminina nesta profissão, já que a maioria é constituída por esse gênero.

Quanto à formação inicial das pesquisadas, todas possuem formação no Curso de Pedagogia e formação continuada a nível de pós-graduação Lato Sensu, sendo: 04 (quatro) em Coordenação Pedagógica; 01 (uma) em Gestão escolar; 01 (uma) em Psicopedagogia Institucional. E 01 (uma) Coordenadora possui Pós-Graduação Stricto Sensu a nível de Mestrado em Educação.

4 Coordenadores Pedagógicos: percepções sobre formação, desenvolvimento profissional e a gestão escolar na Educação Especial e Inclusiva

A função do Coordenador Pedagógico é importante no contexto educativo e formativo e deve ser praticada de modo intencional, para favorecer a aprendizagens dos alunos, tendo a escola como um contexto de lutas e construção de significados da vida humana.

A educação é antes um processo de inserção social e cultural, assim é um campo que merece investigação, pois apresenta os interesses políticos de um governo e o povo deve buscar prever o funcionamento das políticas públicas, para a transformação, crescimento pessoal/profissional.

Categoria 1: Concepções das participantes acerca da educação especial e inclusiva

CPE1 – A educação inclusiva busca a transformação de uma sociedade a partir do processo de participação de todos os estudantes no ensino regular. Apesar de tentar, ainda não me sinto preparada para ajudar.

CPE2 – A Educação Inclusiva ainda é nova e na verdade difícil de entender e efetivar.

CPE3 – Por meio da educação inclusiva busca-se educar todos os alunos em um mesmo contexto escolar, respeitando as diversidades. Mas ainda é uma perspectiva nova. Não tenho competência para tal.

CPE4 – Por intermédio da educação inclusiva, tenta-se alcançar a plena participação de todos sem distinção, no processo de ensino aprendizagem, buscando mecanismos e recursos que favoreçam sua participação.

CPE5 – Na educação especial e inclusiva, lida-se com o entendimento de uma educação que favoreça a aprendizagem de todos os alunos nos mais diversos contextos socioeducacionais.

CPE6 – A educação inclusiva está inserida em uma modalidade de ensino que inclui em escolas regulares alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno e altas habilidades.

CPE7 – Pensar em educação inclusiva, é lutar por um tipo de educação que tem a finalidade de incluir em escola regular, qualquer estudante com deficiência ou transtorno e envolve-lo na sociedade, principalmente na comunidade escolar. É uma dimensão nova.

Mediante o exposto, notamos a compreensão e entendimento que possuem os Coordenadores pedagógicos sobre o tema da Educação Especial e Inclusiva, como também sinalizamos as necessidades formativas que possuem no desenvolvimento profissional, o que requer atualização sobre o assunto para desenvolver uma prática pedagógica significativa e relevante com os alunos.

Com base nos fragmentos das falas das Coordenadoras, percebe-se que as mesmas consideram a educação inclusiva ainda um desafio contemporâneo na educação brasileira, sendo assim ainda há muitos equívocos quanto a concepção de educação especial e inclusiva. Para 04 (quatro) coordenadoras a educação inclusiva ganha a definição que deveria ser dada a educação especial, pois, a inclusão é uma perspectiva nova e difícil para elas, já que admitem não se sentir preparadas para atuar nesta dimensão, como evidenciado em seus discursos acima.

Constata-se que existe um entendimento equivocado acerca dos termos diferença e diversidade no contexto da educação inclusiva, uma vez que uma coordenadora os compreende como sinônima. É importante ressaltar que a diversidade, em si, não caracteriza uma educação inclusiva, pois uma escola pode ser um espaço diverso, que acolhe crianças com diferentes vivências e realidades, mas só será inclusiva se desenvolver um senso de pertencimento e de participação entre os seus alunos. Sobre o assunto, Barbosa e Bezerra (2021) referem que a postura inclusiva visa contemplar a sala de aula em toda sua heterogeneidade, considerando sua diversidade e inserindo a pessoa com deficiência nesse processo, de forma coletiva e individualizada, respeitando sua singularidade, seus ritmos e interesses.

Quando discutimos educação inclusiva, devemos ter como objetivo a inserção no ensino regular dos estudantes com alguma deficiência, considerando, além da individualidade do aluno, a heterogeneidade do ambiente de ensino. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução de nº 02 (BRASIL, 2001), representam um avanço na universalização do ensino e no apoio às diversidades da educação brasileira. Assim, a educação inclusiva deve ser comprometida com a aprendizagem do aluno, sendo necessária formação continuada de professores e coordenadores voltada para atender às necessidades educacionais especiais na escola.

O Coordenador Pedagógico, para exercer sua profissão, deve possuir formação inicial em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, por se tratar de um trabalho de administração e orientação educacional, que exige formação para atender as demandas da escolarização no contexto atual. A formação dos profissionais da educação deve contemplar a preparação em diversas áreas demandadas pela sociedade brasileira, para atuarem na organização, planejamento e na gestão de todos os segmentos do sistema de ensino (LIBÂNEO, 2001).

Neste contexto, entendemos que a educação inclusiva deve promover a inserção e as condições necessárias para o pleno desenvolvimento dos alunos, o que requer reflexões sobre a teoria, prática pedagógica e os contextos educativos. O Coordenador Pedagógico por ser o articulador das ações na escola, é responsável pelo planejamento e avaliação de projetos e de experiências pedagógicas inclusivas, articulando a relação entre família, escola, gestores, professores e mediadores escolares, em vista da organização e promoção de mudanças nas práticas pedagógicas e formações continuadas para os professores dentro e fora da escola.

Categoria 2: Importância da inclusão de estudantes público-alvo da educação inclusiva na rede regular de ensino

Sobre esta temática, as interlocutoras declararam:

CPE1 - Desde que a criança tenha condições físicas e intelectuais para frequentar a escola regular acredito que é possível incluir e é de grande importância.

CPE2 – A inclusão de estudantes com deficiência é de grande importância, a partir desse novo olhar da escola para a construção de uma sociedade inclusiva, pois a escola é espaço para todos.

CPE3 – A inclusão é importante para estabelecer relações com a igualdade de condições de acesso a escola, nos processos de socialização e de aprendizagem dos discentes na sala de aula, com a diversidade de comportamentos diferentes.

CPE4 - A inclusão educacional é a superação de barreiras, o estímulo ao convívio com outras crianças e isso permite o estudo e favorece o aprendizado.

CPE5 - É fundamental pensar em uma educação que valorize o ser humano e suas habilidades.

CPE6 - É importante para garantir o direito ao acesso à educação. No entanto, muitas vezes as crianças estão inseridas na escola regular, porém não estão inclusas, pois não participam do processo de aprendizagem, já que ainda existem muitas barreiras.

CPE7 - É de suma importância que esses alunos recebam a mesma instrução, o carinho, a educação e instrução igualmente com os “ditos normais”, para que não haja preconceito com os mesmos, pois a Lei lhes garante os mesmos direitos. O caráter dos indivíduos deve ser formado na infância.

O (re)conhecimento dos direitos de aprender, conhecer e se desenvolver com os educandos foram bem refletidos pelos Coordenadores Pedagógicos em suas narrativas, demonstrando a necessidade da construção de uma educação outra possível que atenda à diversidade das práticas formativas no processo educacional em uma sociedade em transformações. Discussão pertinente e relevante para os tempos atuais no campo educacional e na sociedade.

Como se observa nos relatos dos Coordenadores, a inclusão de estudantes com deficiência ou altas habilidades é importante, sendo que a escola deve valorizar as diferenças, na produção de conhecimentos a partir de suas capacidades, proporcionando condições de aprendizagem para todos os alunos conforme suas habilidades. Para Ropoli *et al.* (2010), a escola regular torna-se inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos. Para que as práticas inclusivas na escola se efetivem, é necessária a participação de todos, o que requer mudanças no modo como a escola se organiza nos espaços físicos e nas práticas pedagógicas dentro e fora de sala de aula.

Todavia, há que se considerar que a inclusão não é somente a oferta de vagas a todos os alunos, ou seja, a sua inserção no ensino regular, conforme mencionado por uma participante, mas quando as escolas recebem estudantes que carecem de inclusão, ela precisa proporcionar a eles o acesso à educação e à aprendizagem, já que os direitos da pessoa com deficiência devem ser assegurados dentro e fora da escola.

Assim, destaca-se que em relação à inclusão de pessoas com deficiência na escola comum e à garantia de inclusão educacional, esse processo pode ser vislumbrado como um modo de valorizar as diferenças individuais do ser humano enquanto mola propulsora para a democratização do acesso e permanência com qualidade à educação comum (DRAGO, 2011).

Categoria 3: Atribuições/Funções do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)

Sobre as funções do(a) Coordenador Pedagógico, pedimos que as interlocutoras que especificassem os cuidados que prestam às crianças/jovens com deficiência. Elas nos revelaram, então, o seguinte:

CPEI – Tendo melhorar as ações pedagógicas do professor na sala de aula, para facilitar a aprendizagem e avaliação dos alunos.

CPE2 – Não faço esse trabalho, pois na minha escola possui uma equipe indicada e qualificada para esse tipo de atendimento.

CPE3 – Oriento aos professores como lidar com alunos e suas limitações, de organizar o planejamento de conteúdos inclusivo, organizar recursos para apoiar o professor nas aulas.

CPE4 – Há um olhar diferenciado aos estudantes com deficiência, buscando garantir a interação que favorece o aprendizado.

CPE5 – O planejamento na escola é realizado atendendo às especificidades dos estudantes com deficiência, então acompanho todas as dificuldades.

CPE6 – Identifico as deficiências, se tem laudo e se está sendo acompanhado pelos profissionais de saúde, planejamento sistemático com os professores do AEE, a partir das deficiências e dificuldades apresentadas por eles, integrá-los nas atividades da escola.

CPE7 – Acompanhar sua aprendizagem, sempre com parceria com os professores para certificar-se que estão sendo atendidos e orientados pelos professores da sala de AEE e professor de sala regular.

É notória a pluralidade de práticas e experiências mobilizadas pelos coordenadores pedagógicos no processo de acompanhamento do aluno com deficiência. Isso permite deprendermos que não existe um modo único de pensar, fazer e saber-fazer, pois a didática sofre influências de acordo com a realidade educacional, e que é uma especificidade na educação especial e inclusiva, justamente pelas suas peculiaridades e abrangência de saberes e conhecimentos a mobilizar.

Entendemos que as Coordenadoras Pedagógicas possuem muitas responsabilidades no contexto escolar, sendo que o seu trabalho se volta para o núcleo central do contexto escolar: o processo de ensino e aprendizagem, e, portanto, envolve uma complexidade de saberes, conhecimentos e reflexões que envolve o maior público, que são os alunos e professores da instituição educativa. Durante as observações, percebemos que ocorre acúmulo de funções, fazendo com que estas colaboradoras percam sua identidade profissional em meio a outras obrigações que lhes são dadas, sendo necessária a efetivação de suas reais funções. Assim, é necessário elaborar um plano de ação, pois somente definindo seus objetivos e metas poderão exercer suas funções plenamente.

Notamos que o acompanhamento da aprendizagem dos alunos não é visto como essencial no desenvolvimento de sua função de Coordenador, mesmo sendo a função mais importante desse processo. Pois, o Atendimento Educacional Especializado – AEE vem para suplementar o ensino nas classes regulares com o objetivo de atender as necessidades educacionais especiais. No entanto, não substitui a classe regular, já que os alunos com deficiência precisam estar nas classes comuns para que sejam incluídos e valorizados. Os professores precisam fazer o

planejamento de suas atividades junto com os Coordenadores, para que possam atingir seus objetivos de aprendizagem. O AEE deve ser responsável no acompanhamento, assim, cabe também ao coordenador realizar o acompanhamento dos professores e alunos presentes. Assim, a Lei nº 7.611 (BRASIL, 2011) dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

De acordo com as Coordenadoras, as suas funções são amplas e com responsabilidades, como ministrar formação continuada e orientar a prática pedagógica dos professores. Para Oliveira e Guimarães (2013, p. 95), “O Coordenador Pedagógico, em suma, tem a responsabilidade de coordenar todas as atividades escolares, incluindo os educandos e o corpo docente. Destacamos que sua principal função consiste na formação em serviço dos professores”. A função do coordenador vai além da administração ou supervisão escolar como outrora foi concebido, por meio de suas ações pode compreender o ato educativo como um todo e proporcionar novas experiências de aprendizagem para os professores e alunos.

Uma das dificuldades para que o Coordenador exerça o acompanhamento encontra-se em sua formação, que pode ser ineficiente e causar um desvio de função, como cita Oliveira e Guimarães (2013, p. 95): “O trabalho do coordenador numa instituição de ensino é bastante amplo e complexo, muitas vezes, ele nem se dá conta disto, talvez por uma formação inicial ineficiente ou pela falta de uma formação continuada”. Prejudicando, assim, o trabalho pedagógico, uma vez que o desvio de funções, o aumento da carga de trabalho e as consequentes mudanças e acontecimentos que enfrenta em seu cotidiano, pode impactar nos aspectos pessoais e no plano de sua subjetividade, que se reverbera no plano profissional.

Categoria 4: Importância do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) no processo de inclusão escolar

Em vista da importância da atuação ampla na escola, as participantes destacaram o seguinte:

CPE1 - Este contribui muito para um processo educacional inclusivo, desenvolvendo estratégias e práticas de ensino em conjunto com os professores para facilitar a aprendizagem desses alunos.

CPE2 - O coordenador é o elo para esse processo, pois o grupo tem suas dificuldades, mas buscamos sempre juntos alcançar os objetivos.

CPE3 - O coordenador é importante para atuar em parceria com o professor de sala de aula, no processo de mudanças pedagógicas significativas na superação de dificuldades de cada discente, respeitando seus limites, sendo mais coerente com a diversidade humana.

CPE4 - No auxílio do direito de todos os processos que favorecem a aprendizagem.

CPE5 - É fundamental no desenvolvimento das atividades da escola e na formação do professor.

CPE6 - Como o coordenador articula as ações da escola ele é importante porque colabora junto aos professores e funcionários para o bom desenvolvimento dos alunos e de sua inclusão na escola.

CPE7 - Orientar e observar a aprendizagem e o acompanhamento desses com os cuidadores e professor da sala regular e professor do AEE, zelar pelo seu aprendizado e convívio social na escola.

Diante das falas, é possível perceber a importância da atuação da coordenação pedagógica no processo de mediação das práticas educativas e pedagógicas com os professores e alunos da educação especial e inclusiva. É um profissional que pode mediar e orientar práticas, abordagens e saberes e conhecimentos relevantes e que atendam às demandas, emergências e necessidades do público-alvo dos quais fazem parte esses sujeitos.

As Coordenadoras Pedagógicas reconhecem a importância de suas funções na escola. No entanto, percebemos que deveriam ter o acompanhamento dos alunos como uma das principais atribuições de sua profissão, valorizando a aprendizagem e interação dos alunos, a articulação das atividades da escola e a formação continuada dos professores.

Compreendemos que o processo de formação é essencial para o desenvolvimento das práticas pedagógicas na escola. As coordenadoras relatam não possuir boa formação para atuar na inclusão, somente uma relata ter recebido formação para esta atuação. A escola poderá não ser um espaço de valorização das diferenças se seus profissionais não estiverem preparados para atuarem. A formação continuada é essencial, como citam Oliveira e Guimarães (2013, p. 97): “A formação continuada do Coordenador Pedagógico faz-se necessária pela própria natureza do saber humano como prática que se transforma constantemente, principalmente quando se refere ao comportamento e seus efeitos na aprendizagem”

Desta forma, a ausência da formação continuada causará problemas quanto à direção no planejamento dos professores, resultando em práticas que excluem. O coordenador que organizar o planejamento objetivando o aprendizado para todos os alunos deve refletir sobre suas práticas, responsabilizando-se pelo acompanhamento do aluno e do professor, estudando para agir conforme as situações desafiadoras da escola.

Categoria 5: Dificuldades no acompanhamento de estudantes público-alvo da educação inclusiva

Sobre este assunto, as interlocutoras responderam:

CPE1 - Falta apoio da família. Ficamos só neste processo.

CPE2 - Devemos entender cada deficiência para saber ajudar nossos alunos.

CPE3 - Professores sem formação suficiente para planejar as atividades inclusivas e assiduidade, a falta de compreensão dos pais sobre o aprendizado dos alunos, eles querem igualdade, mas não ajudam eles entenderem sua evolução.

CPE4 - O que mais dificulta no acompanhamento é a aceitação e parceria da família, quando não é parceira, tudo fica muito mais difícil.

CPE5 - Os professores não fazem formação continuada na área da inclusão que possam ajudá-los no acompanhamento dos alunos com deficiência.

CPE6 - O não conhecimento do trabalho que pode ser realizado com eles.

CPE7 - Ter que compreender e acompanhar suas particularidades e especificidades no que se refere a quantidade desses alunos na escola.

Para além das narrativas expressas acima, podemos pensar que o conhecimento e acompanhamento do aluno com deficiência requer não somente uma construção de saberes e conhecimentos do profissional atuante nesse seguimento, mas da família, da sociedade e, acima de tudo, do poder público, na criação de políticas públicas inclusivas, democráticas e que abordam sobre o tema no meio circundante envolvendo os vários setores da sociedade.

Como se verifica, relataram que o principal problema é a falta de formação continuada sobre Educação Inclusiva para os profissionais da escola, que aborde as especificidades dos alunos e os modos de ensinar. Um outro problema é a falta de apoio dos pais/família no processo de inclusão, pois o ato educativo é um processo global de desenvolvimento da pessoa e requer pensar nas relações sociais que o envolvem. Para Nascimento, Magalhães e Silva (2014, p. 70), “na instituição educativa, devem ser mudadas as relações sociais e a forma de compreender o ato educativo, pois o desenvolvimento se efetiva pelo processo de reorganização e reconstrução da experiência”.

É fundamental o acompanhamento da família sobre as dificuldades de seus filhos. Durante as observações, percebemos que o trabalho das Coordenadoras Pedagógicas possui aspectos angustiantes, por não serem compreendidas pelos sujeitos da escola. É necessário, que todos sejam participantes nesse processo, para que não ocorra a sobrecarga de funções e a perda de identidade profissional, fazendo com que esses profissionais se sintam desvalorizados e desamparados, como podemos notar nas falas das interlocutoras da pesquisa.

De acordo com Ropoli *et al.* (2010, p. 14), há que existir uma “[...] entrega, uma disposição individual ou grupal de sua equipe de se expor a uma experiência educacional

diferente das que estão habituados a viver. Para que, qualquer transformação ou mudança seja verdadeira, as pessoas têm de ser tocadas pela experiência”, sendo necessário que todos os profissionais exerçam suas funções de forma organizada, com novas experiências, fazendo a relação necessária entre teorias e práticas.

Incluir na escola regular as pessoas com deficiência é dar oportunidade para que elas sejam autônomas e convivam em contato com as diferenças do outro, pois a escola é um espaço em que todos devem ser vistos como iguais, como pessoas e direitos. A educação sendo vista como igualdade e equidade. Segundo Ropoli *et al.* (2010, p. 15), “é nos bancos escolares que se aprende a viver entre os nossos pares, a dividir experiências, a repartir tarefas. Nesses ambientes, desenvolvem-se a cooperação e a produção em grupo com base nas diferenças e talentos de cada um”. A escola inclusiva poderá ajudar no desenvolvimento dos alunos e na construção de uma sociedade mais plural, aberta e justa, capaz de viver, reconhecer, valorizar e respeitar as diferenças, tão essenciais no mundo de hoje.

Por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência N°13.146 (BRASIL, 2015), são assegurados, no âmbito da sociedade, os direitos para as pessoas com deficiência, e no âmbito da educação, a inserção das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, propondo como obrigação do Estado e da escola manter as condições de aprendizagem, como um projeto político pedagógico que viabilize a oferta de atendimento educacional especializado para atender as características da pessoa com deficiência e promover condições de aprendizagem justas.

Na perspectiva de uma educação inclusiva, a escola deve se organizar quanto aos conteúdos, práticas pedagógicas e também no contexto amplo da escola, buscando atender a todos os alunos e as suas especificidades: “[...] incluir os alunos com deficiência requer ajustes e modificações curriculares, envolvendo objetivos, conteúdos, procedimento que propiciem o avanço no processo de aprendizagem” (FUMEGALLI, 2012, p. 36)

As Coordenadoras consideram importante as adaptações curriculares e explicitam que facilitam o acesso ao direito de aprendizagem dos alunos. O coordenador pedagógico deve ser o mediador entre professores da classe regular e os professores de apoio e AEE, deve direcionar os docentes quanto às práticas que precisam ser inseridas no processo de formação de seus educandos. Para Oliveira e Guimarães (2013, p. 96), “O coordenador atua junto ao corpo docente

na integração e articulação do trabalho pedagógico, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo de sua formação”.

As adaptações curriculares promovem melhorias na qualidade da educação na perspectiva inclusiva. São formas de incluir os alunos por meio de adaptações de atividades e materiais, dando possibilidade de construir conhecimento, valorizando seus talentos e respeitando limitações. Para Mantoan (2003, p. 38), “O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça”.

O aluno com necessidades educacionais especiais precisa de adaptações do currículo, materiais e recursos. Como proposto na LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica inseridas por meio da resolução nº 2 (BRASIL, 2001), a oferta do AEE deve ser algo que deve constar no Projeto Político Pedagógico das escolas onde estão incluídas as pessoas que são alvos da educação especial.

A sala de recursos multifuncionais deve ser dotada de materiais que venham assistir os alunos, tais como: computadores, jogos pedagógicos acessíveis, mesas, cadeiras e quadros adaptados para cada especificidade dos alunos que têm direito ao atendimento AEE. As interlocutoras consideram importante a adaptação curricular e de recursos didáticos para a aprendizagem dos alunos, para atender às limitações dos alunos e assim propor o acesso à educação de forma completa, para que haja a inserção e a aprendizagem. A Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, em seu decreto nº 3.298 (BRASIL, 1999), asseguram Propostas Pedagógicas e um conjunto de recursos com o objetivo de promover o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. A adaptação curricular e de recursos é essencial na inclusão para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos.

5 Considerações finais

Os resultados obtidos nesta pesquisa são importantes para compreendermos as percepções das Coordenadoras Pedagógicas sobre formação, desenvolvimento profissional na perspectiva da educação especial e inclusiva e o ato educativo. Para essas profissionais, a inclusão nos contextos educacionais e formativos contribui com a inserção, permanência e desenvolvimento social e educacional das pessoas com deficiência.

As Coordenadoras Pedagógicas podem assegurar os direitos dos alunos com necessidades especiais na escola, elaborando um Projeto Político Pedagógico com ações que atendam às suas necessidades da forma como é prevista nas políticas educacionais. Além disso, é fundamental a adoção de um programa permanente de valorização destas profissionais, com vistas a possibilitar novos arranjos no interior das escolas, abrangendo formas diversificadas de efetivar o processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência.

As Coordenadoras Pedagógicas sentem dificuldades por falta de formação continuada para elas e os professores; não sabem como executar estratégias metodológicas que ajudem na aprendizagens dos alunos; os professores chegam à escola já angustiados por não saberem lidar com as situações diversas do processo pedagógico; falta apoio, por parte da secretaria de educação, família e da escola, para o acompanhamento do alunos com deficiência que possa favorecer no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo; e eles não sabem como adaptar o currículo escolar às especificidades dos alunos com ou sem deficiência.

A ausência da família na escola dificulta o processo de acompanhamento pedagógico e a organização de novas estratégias metodológicas que ajudem no desenvolvimento educacional e social do estudante com deficiência na escola. Apesar das leis que inserem as pessoas com deficiência no ensino regular, ainda há outras competências que precisam ser repensadas para que as pessoas com deficiência tenham sua inserção social e educacional garantidas, como a construção da identidade profissional do coordenador para exercer plenamente suas funções.

Algumas das iniciativas que consideramos pertinentes para contribuir na formação e desenvolvimento profissional dos coordenadores pedagógicos diz respeito à criação de políticas locais que estejam de acordo com a realidade específica de cada situação, a fim de atender às demandas e necessidades vigentes, para que a inclusão de fato ocorra, e que tenhamos êxito do ponto de vista da qualidade da educação, como foco no processo de ensino e aprendizagem, envolvendo todos os sujeitos nos contextos educativos.

Sugerimos que a secretaria de educação e as escolas organizem formações que atendam às dificuldades das coordenadoras e professores no acompanhamento pedagógico de alunos com deficiência, pois a função maior da escola é a produção do conhecimento científico para TODOS, como direito garantido constitucionalmente.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ARAÚJO, Denize Arouca; LIMA, Elenice Dias Ribeiro de Paula. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 281-303, 2011.

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília: Corde, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Secretária de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de Lei n.º 8.014-C, de 2010**. Acrescenta parágrafo ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando portador de necessidades especiais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=611D8D89360C5C74C700E88536B7C8E9.proposicoesWebExterno2?codteor=1236844&filename=Avulso+-PL+8014/2010. Acesso 30 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 141-154, jan./mar. 2012.

BUENO, José Geraldo Silveira; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de educação especial no Brasil – 2000/2009. *In*: BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial no Brasil**: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2011. p. 159-182.

COOK, A. M.; HUSSEY, S. M. **Assistive technologies**: principles and practices. St. Louis, Missouri: Mosby – Year. Book, Inc. 1995.

DRAGO, Rogério. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico. **RBPAE**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Ávila. **Inclusão escolar**: o desafio de uma educação para todos. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Departamento de Pedagogia, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, Ijuí, 2012.

GARRIDO, Elsa. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. *In*: BRUNO, Eliane Bambini; ALMEIDA, Laurinda Ramalho; CHRISTOV, Luíza Helena da Silva (org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p. 9-15.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAMDAN, A. C.; PEREIRA, A. P. A.; RIECHI, T. I. J. de S. Avaliação e reabilitação neuropsicológica: desenvolvimento histórico e perspectivas atuais. **Interação em Psicologia**, Curitiba, n. 15 (n. especial), p. 47-58, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/25373/17001>. Acesso em: 01 dez. 2022

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

MACHADO, M. A. de Medeiros. O Plano Decenal e os Compromissos de Jomtien. *In*: INEP. **Educação para todos**: a avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000. p. 39-52.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria T. Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado**: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZEAU, Michèle; POUHET, Alain. **Neuropsychologie et troubles des apprentissages**. Paris: Masson; 2005.

MELTZER L, Lynn. **Promoting executive function in the classroom**. New York: Guilford Press; 2010.

NASCIMENTO, Franc-lane Sousa Carvalho do; MAGALÃES, Nadja Regina Sousa; SILVA, Marylucia Cavalcante O trabalho do pedagogo nós IFS: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica. **Revista Eixo**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 67-74, jan. 2014.

OLIVEIRA, Juscilene da Silva; GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O papel do coordenador pedagógico no cotidiano escolar. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues**, Rio Verde, v. 1, n. 1, 2013, p. 95-103. Disponível em: <http://www.faculdadefar.edu.br/revista/detalhe/id/1>. Acesso em: 23 mar. 2020.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; ALMEIDA, Laurinda Ramalho. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 754-771, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n147/06.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

ROPOLI, Edilene Aparecida *et al.* **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1. p. 1-42.

SCHRAMM, Fermin Roland; BRAZ, Marlene. **Introdução à bioética**. Disponível em: <http://www.ghente.org/bioetica/index.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVA, Michelle Mayara Praxedes. **Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: uma análise das publicações da revista nova escola**. 2011. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

ZILLMER, Eric A.; SPIERS, Mary V.; CULBERTSON, William C. **Principles of neuropsychology**. 2. ed. Australia: United States, 2008.